



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006759-55.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - Garantias Constitucionais**
 Impetrante: **Rafael Fernando Pereira de Souza**
 Impetrado: **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

VISTOS.

Trata-se de Mandado de Segurança com pedido liminar, impetrado por **RAFAEL FERNANDO PEREIRA DE SOUZA**, contra ato do **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**, visando a anulação da Comissão Parlamentar de Inquérito (Procedimento Administrativo nº 1745/2014), na qual figura como investigado, sob o fundamento de que teriam sido ultrapassados os prazos regimentais.

A liminar foi indeferida (fls. 100/102).

A autoridade apontada como coatora prestou informações, aduzindo perda do objeto, uma vez que referida CPI foi concluída, com a votação do relatório por parte de seus integrantes em sessão plenária realizada no dia 14/06/2016 (fls. 33/35).

O Ministério Público manifestou-se pela denegação da segurança (fls. 90/92).

É o relatório.

Passo a fundamentar e decidir.

A documentação trazida aos autos pela autoridade apontada como coatora revela a finalização da Comissão Parlamentar de Inquérito em sessão plenária do dia 14/06/2016 (fls. 38/85), de modo que a pretensão do impetrante não mais se sustenta.

De outra parte, não há como atender a pretensão inicial, pois não se vislumbra violação a direito líquido e certo, não havendo ilegalidade administrativa a ser reparada.

Conforme bem ponderado pelo ilustre representante do Ministério Público, o impetrante se limitou a fazer a contagem de dias para sustentar a irregularidade, tratando-se de argumento meramente formal, não tendo havido clara demonstração de que houve prejuízo.

Ante o exposto, **DENEGO** a segurança pleiteada, resolvendo ao presente feito pelo seu mérito nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Custas na forma da lei, sendo indevidos honorários.

Oficie-se à autoridade coatora comunicando o teor desta decisão.

P. I.

São Carlos, 12 de setembro de 2016.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**